

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL Nº 34/2014**

Período: 20/09/2014 – 26/09/2014

**GEDES – Brasil**

- 1- Forças Armadas afirmaram não poder negar violações aos direitos humanos durante o regime militar
- 2- Índios Aikewara receberam pedido de desculpas do Estado brasileiro
- 3- Coronel reformado foi denunciado por morte de jornalista
- 4- Comissão Nacional da Verdade avaliou prisão de chineses durante o regime militar

1- Forças Armadas afirmaram não poder negar violações aos direitos humanos durante o regime militar

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 19/09/14, o ministro da Defesa, Celso Amorim, encaminhou à Comissão Nacional da Verdade (CNV) ofícios através dos quais as três Armas que compõem as Forças Armadas brasileiras afirmaram que “não têm condições de negar a ocorrência de graves violações aos direitos humanos em instalações militares” ocorridas durante o regime militar (1964-1985). Segundo a *Folha*, os ofícios foram feitos por ordem de Amorim, em resposta a um pedido da CNV, do dia 13/08/14, que questionava se o Ministério da Defesa e as Forças Armadas confirmavam ou negavam as informações apresentadas e comprovadas pela Comissão. No documento, a CNV listou 24 vítimas do governo militar, as respectivas violações das quais foram alvo, o local onde ocorreram e seus processos na Justiça, além de documentos do Ministério Público ou inquérito policial como provas das violações cometidas. No dia 15/08/14, Amorim repassou aos comandantes de cada uma das Forças o pedido da Comissão e explanou sua posição, afirmando que “o Estado brasileiro é unitário e só caberia à Defesa e às Forças Armadas, a ela vinculadas, corroborar o reconhecimento já feito antes por outras instâncias do mesmo governo”. Segundo a *Folha*, o Comando da Aeronáutica afirmou não possuir elementos para contestar a ocorrência de violações aos direitos humanos e nem a “responsabilidade do Estado” perante tais atos e a Marinha afirmou não ter provas para negar nem para confirmar as violações apontadas pela CNV. O periódico informou que o Exército não contradisse os dados das violações apresentadas pela Comissão e alegou que “não seria pertinente contestar decisões já tomadas pelo Estado brasileiro (que já reconheceu a existência de torturas e mortes no período) nem as circunstâncias configuradas em lei nesse sentido”, referindo-se a lei que forneceu indenização às vítimas do regime militar e as famílias de mortos e desaparecidos e que criou a Comissão da Anistia. O periódico afirmou que, para o governo, o Ministério da Defesa exerceu papel fundamental na criação da CNV e mantém um diálogo direto com seus membros, facilitando o acesso a informações acerca das organizações militares onde ocorreram violações aos direitos humanos durante o regime militar, além de responder constantemente às solicitações de informações. Segundo o Ministério da Defesa, tais ofícios representaram um passo importante no processo de reconhecimento público das Forças Armadas

de que houve torturas e mortes durante o regime militar e que o governo teve responsabilidade sobre tais atos. Segundo a *Folha*, os membros da CNV declararam, no dia 22/09/14, que consideram a resposta dos militares “insuficiente”, apesar de reconhecê-la como um “gesto positivo”. De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro, membro da Comissão, “ficar na não negação é insuficiente e não convence diante de tudo que já foi apurado”. Segundo o jornal, a CNV enviou no dia 23/09/14, ofício ao Ministério da Defesa solicitando uma reunião com Amorim e com os comandantes militares a fim de dialogar sobre a finalização dos trabalhos da Comissão. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/09/14; Folha de S. Paulo – Poder – 23/09/14; O Estado de S. Paulo – Política – 22/09/14)

## 2- Índios Aikewara receberam pedido de desculpas do Estado brasileiro

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, através da Comissão da Anistia, o Estado brasileiro pediu, em uma decisão inédita, desculpas formais a um grupo de indígenas da etnia Aikewara pela violência a qual foram submetidos por militares durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Os 13 indígenas receberão ainda uma indenização de 120 salários mínimos cada um. De acordo com *O Estado*, os índios Aikewara ficaram conhecidos como colaboracionistas dos militares em sua caça aos militantes da Guerrilha do Araguaia, porém, em depoimento à Comissão, os mesmos alegaram que foram vítimas de “maus tratos, humilhações e privações” sendo assim forçados a auxiliá-los. Segundo os relatos dos “suruis”, como são chamados os indígenas da etnia Aikewara, eles foram mantidos como prisioneiros de guerra, em situação análoga à escravidão. O presidente da Comissão da Anistia, Paulo Abrão, afirmou que o pedido de desculpas aliado à indenização representa um “novo complemento” na história do regime militar brasileiro (1964-1985). A *Folha* acrescentou que, segundo os indígenas, “o Exército também os obrigava a carregar corpos de guerrilheiros mortos ou segurá-los para serem decapitados”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 22/09/14; Folha de S. Paulo – Poder – 23/09/14; O Estado de S. Paulo – Política – 22/09/14)

## 3- Coronel reformado foi denunciado por morte de jornalista

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou, no dia 22/09/14, o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra e dois policiais apontados como “ex-agentes da repressão”, Dirceu Gravina e Aparecido Laertes Calandra, pela morte do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino. O legista Abeylard de Queiroz, responsável pelo laudo, também foi denunciado, por falsidade ideológica. Segundo o jornal, Merlino, que era militante no Partido Operário Comunista (POC) durante o regime militar (1964-1985), foi torturado por 24 horas nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na cidade de São Paulo, sob o comando de Ustra na época, em julho de 1971. O jornalista foi levado a um hospital militar, porém não sobreviveu. (Folha de S. Paulo – Poder – 24/09/14)

#### 4 – Comissão Nacional da Verdade avaliou prisão de chineses durante o regime militar

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) avaliou no dia 26/09/14 o caso de nove chineses presos e torturados durante o regime militar brasileiro (1964-1985), acusados de “envolvimento num plano para disseminar o comunismo no Brasil”. Condenados a dez anos de prisão, foram expulsos do país após um ano de cadeia. De acordo com a *Folha*, Ju Qingdong, um dos chineses presos, gravou um depoimento em vídeo para a sessão da CNV, e em entrevista ao jornal “lamentou que o Brasil ainda não tenha admitido o erro, embora as acusações jamais tenham sido provadas”. Segundo o periódico, os chineses esperam a devolução, por parte do Estado brasileiro, de cerca de R\$ 865 mil confiscados pelos agentes do governo à época. (*Folha de S. Paulo – Poder – 26/09/14*)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

#### **Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)